

RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

#### LEI Nº 1123/2013

"REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O POVO DO MUNICÍPIO DE PAULA CÂNDIDO, POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, APROVA, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, EM SEU NOME, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder diárias de viagem ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais agentes públicos do Poder Executivo Municipal que se deslocarem da sede do Município, a serviço ou para participar de cursos, seminários, congressos ou eventos de capacitação profissional.

Art.2°. Considera-se diária de viagem o valor concedido, para cobertura de despesas de viagens.

Parágrafo Único. A concessão de diária fica condicionada à existência de cotas orçamentária e financeira disponíveis.

Art.3°. Reputa-se agente público, para efeitos desta Lei, toda pessoa natural que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Municipal.

Art. 4°. As diárias previstas na presente Lei serão de duas espécies:

- 1 Despesas com alimentação,
- Ii Despesas com nospedagem.

MED



RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

- Art.5°. Os valores das diárias é o especificado, em cada caso discriminado, na "Tabela de Diárias Anexo I", parte integrante desta Lei.
- §.1°. Os valores das diárias não se incorporam à remuneração em nenhuma hipótese.
- §.2º. Os valores especificados na "Tabela de Diárias Anexo I", serão corrigidos anualmente através de Decreto do Poder Executivo Municipal, pelo INPC/IBGE ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.
- §.3°. A atualização dos valores da "Tabela de Diárias Anexo I" de que trata o §.2° deste artigo, terá como base o índice acumulado do exercício anterior, assim que o mesmo for conhecido.
- §.4°. Em caso de desequilíbrio financeiro, situação em que a atualização prevista no §.2° não corresponda em valores suficientes para cobertura das despesas de viagens autorizadas por esta Lei, a fixação de novos valores para a "Tabela de Diárias Anexo I", só será possível mediante autorização expressa do Poder Legislativo Municipal.
- §.5°. Quando o beneficiário de concessão de diária for os Secretários Municipais e Assessores Municipais, os valores das diárias será o equivalente a setenta e cinco por cento do valor especificado para Prefeito e Vice-Prefeito, na "Tabela de Diárias Anexo I", parte integrante desta Lei.
- Art.6°. As diárias instituídas na forma desta Lei ficam sujeitas a prestação de contas circunstanciada, na forma do Anexo II, parte integrante desta Lei, ficando o responsável obrigado a restituí-las no prazo de 03 (três) dias, integralmente, em caso de cancelamento da viagem ou parcialmente se abreviado o seu período de duração.
- §.1°. Comprovada a má fé, o beneficiário estará sujeito à punição disciplinar, sem prejuízo da que for aplicável aos demais responsáveis pelo pagamento indevido.
- §.2º. Caso a viagem ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas e pagas antecipadamente, ocorrerá o ressarcimento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada do agente público solicitante desde que deferido pelo Prefeito Municipal, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

MA



RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

- §.3º. Caso a despesa efetuada pelo agente público exceda o valor da diária de viagem, a diferença correrá às suas expensas, não havendo ressarcimento.
- Art.7º. O processo de concessão de diária de viagem será na forma do "Anexo II", parte integrante desta Lei.
- §.1º. A diária é devida por fração ou dia de afastamento da sede do município, tomando-se como termo inicial e final a contagem dos dias, respectivamente, a hora de partida e da chegada na sede do município.
- §.2º. A parcela relativa às despesas com hospedagem será devida, se o servidor, devidamente autorizado por autoridade competente, pernoitar fora da sede do Município.
- Art.8°. A diária não será devida nos seguintes casos:
- I quando o deslocamento se der dentro do território do Miunicípio.
- II quando o afastamento for inferior a 06 (seis) horas;
- III quando dispuser de alimentação e hospedagem incluída em evento para o qual esteja inscrito;
- IV seja exclusivo interesse do agente público;
- V aos sábados, domingos e feriados, salvo quando comprovada a conveniência ou necessidade da permanência do servidor, fora da sede, nos referidos dias, e autorizada pela Autoridade Competente;
- Art.9°. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da Lei, conceder e/ou receber diária indevidamente.
- Art.10°. É de competência exclusiva do Prefeito Municipal a autorização de concessão de diária e do uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem.
- Art.11°. As despesas com locomoção através de transporte ferroviário, rodoviário coletivo e aéreo, incluindo taxas de embarque, seguros, pedágios e similares, não estão inclusas nas diárias de viagem, autorizadas por esta Lei.

Millo



RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

§.1º. A forma de transporte a ser utilizada será autorizada levando-se em conta a urgência e o custo da viagem.

§.2º. Quando se tratar de transporte aéreo, o beneficiário da diária deverá fazer uso preferencialmente da classe econômica.

§.3º. As despesas mencionadas no caput deste artigo serão custeadas pela Prefeitura Municipal.

I – Pela contratação direta dos serviços,

 II – Pelo reembolso ao beneficiário de diária, mediante apresentação do Relatório de Despesas de Viagem – Reembolso, Anexo III parte integrante desta Lei, devidamente acompanhado de comprovantes legais das despesas.

Art.12°. Em caso do beneficiário da diária, optar em deslocar-se com veículo próprio, desde que devidamente autorizado, nos termos do art.10°, será reembolsado na equivalência de 20% (vinte por cento) do valor do litro de gasolina por quilometro rodado, sendo de responsabilidade pessoal do proprietário do veículo, as demais ocorrências financeiras e todas de natureza civil que possa ocorrer durante o deslocamento.

§.1º. Para apuração do valor mencionado no caput deste artigo, será considerado valor do litro de gasolina praticado pelo fornecedor do Município.

Art.13°. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente.

Art.14°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paula Cândido, 09 de agosto de 2013.

Marcelo Rodrigues da Silva Prefeito Municipal



RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

### Anexo I

# Tabela de Diárias Lei N° 1123/2013

	PREFEITO E VICE-PREFEITO		SERVIDORES		
DISTÂNCIA (Entre a sede e o destino em KM)	ALIMENTAÇÃO Valores em Reais (R\$)	HOSPEDAGEM Valores em Reais (R\$)	ALIMENTAÇÃO Valores em Reais (R\$)	HOSPEDAGEM Valores em Reais (R\$)	
DE 50 A 100	50,00	90,00	20,00	60,00	
DE 101 A 250	80,00	200,00	30,00	80,00	
DE 251 A 400	150,00	240,00	50,00	100,00	
Acima de 400	150,00	260,00	50,00	100,00	
Belo Horizonte	150,00	240,00	50,00	100,00	
Brasília	200,00	300,00	80,00	150,00	





RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

# Anexo II Processo de Concessão de Diária Lei Nº 1123/2013

		RVIDOR	3				
NOME:		***************************************					
CARGO/FUNÇÃO:				AND 120 CO.			
DESTINO:							
	PERÍODO DE AFA	STAMEN	TO PREVISTO				
/ /		A		/:			
		BJETIVO					
Data	l		A	ss. Servidor			
	Cálci	ulo de Diár	ias				
Espécie	Valor Unitário		ıantidade	Valor	Total		
Alimentação							
Hospedagem							
	Valo	r total par	a adiantamento:				
Autorização de cono	ressão de diária			AND			
Em/_	Autorização de concessão de diária			Prefeito Municipal			
DIII /	PERÍODO DE AFA	STAMEN					
1 1	·	A		/	•		
Diária à complementar:			Saldo a ser	restituído:			
Diana a complementar.		QÃO DA T	AECDES A				
	APROVA	ÇÃO DA I	JESFESA				
/		Prefeito Municipal					
Certifico pela vera	ncidade das informaçõe	es, e dou pl	ena e total quitaçã	io ao presente pi	rocesso.		
			Nome e Assinate	ıra			





RUA MONSENHOR LISBOA, 251 CEP-36.544-000 ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ: 17.763.715/0001-07 - TEL: (32)3537 - 1242

## Anexo III

## Relatório de Despesas de Viagem - Reembolso

ing the state of t	Lei N° 1123/2013 SERVIDOR	
NOME:		
CARGO/F	TUNÇÃO:	
DESTINO	:	
	PERÍODO DE AFASTAMENTO REAL           /	
	OBJETIVO	
	DESPESAS DISCRIMINAÇÃO	VALOR
ITENS 01	DISCRIMINAÇÃO	TADOR TADOR
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
***************************************	TOTAL	A REEMBOLSAR
	APROVAÇÃO DA DESPESA	
	Prefe	ito Municipal
	RECIBO - Recebi o reembolso da importância acima para a	qual dou plena e total quitação
		e e Assinatura
	INEMED .	L. L. ( ).3.311(63434164

